



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Convenções de Dupla Tributação

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paula Cristina dos Santos Rosado Pereira - 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A presente unidade curricular visa contribuir para um sólido conhecimento teórico e prático da matéria das Convenções de Dupla Tributação. Pretende-se que os mestrandos se familiarizem com a estrutura e os princípios subjacentes à Convenção Modelo da OCDE, bem como com as regras mais importantes nela contidas. Procura-se, assim, dotá-los dos instrumentos necessários à resolução de situações práticas relacionadas com a aplicação de Convenções de Dupla Tributação.

A unidade curricular tem, ainda, como objetivo fomentar uma reflexão crítica sobre as regras previstas nas Convenções e a sua adequação à realidade económica atual. Promovem-se, designadamente, a reflexão e o debate sobre a Convenção Modelo da ONU e sobre as propostas da OCDE, no contexto do BEPS, que se relacionam com as Convenções de Dupla Tributação. Procura-se, ainda, familiarizar os mestrandos com a Convenção Multilateral para prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros.

Conteúdos programáticos

I. Enquadramento geral

Noções fundamentais de Direito Fiscal Internacional – revisão e aprofundamento

II. Convenções para evitar a Dupla Tributação (CDT)

Surgimento e evolução das CDT

Introdução à Convenção Modelo da OCDE, à Convenção Modelo da ONU e à Convenção Multilateral

III. Funcionamento das CDT e sua articulação com o Direito interno dos Estados

CDT e normas internas – Coexistência, interação e hierarquia

Prevalência das CDT sobre o Direito interno

Eficácia negativa das CDT

Efeito prático das CDT – Repartição do poder de tributar e eliminação da dupla tributação

IV. Interpretação das CDT

V. Estrutura das CDT baseadas na Convenção Modelo da OCDE

VI. Repartição do poder de tributar na Convenção Modelo da OCDE

Regras relativas aos vários tipos de rendimentos

Ponderação crítica de algumas dessas regras e do conceito de estabelecimento estável, face à economia digital



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VII. Eliminação da DTJI

Métodos da isenção e da imputação ou crédito de imposto – Modalidades e ponderação crítica dos métodos
Eliminação da dupla tributação económica internacional – Distinção e funcionamento

VIII. Regras especiais das CDT

Princípio de não discriminação, procedimento amigável, troca de informações

IX. Convenção Multilateral e cláusulas antiabuso

Prevenção da erosão da base tributária e da transferência de lucros no âmbito das CDT
Cláusulas de tributação efetiva, de beneficiário efetivo e LOBs em CDT
Cláusulas de substância

X. Particularidades das CDT portuguesas

Reservas portuguesas à Convenção Modelo da OCDE
Análise de algumas CDT portuguesas

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O conteúdo programático visa criar ou fortalecer nos mestrandos o hábito de analisarem os regimes previstos nas CDT tendo como pano de fundo os conceitos e os princípios fundamentais do Direito Fiscal Internacional.

O aprofundamento do conhecimento teórico sobre as CDT, aliado a uma visão do “regime fiscal em funcionamento”, pressupõe a seleção de temas que reúnam uma suficiente densidade teórica e, simultaneamente, uma relevância prática. Foram estes os critérios subjacentes à escolha dos conteúdos programáticos abordados ao nível das Convenções Modelo e também de determinadas CDT celebradas por Portugal.

O presente Programa procura relacionar as CDT com a legislação interna portuguesa, de forma a recriar um contexto real e, portanto, com maior potencial para a aquisição dos conhecimentos necessários à aplicação das Convenções.

A inclusão, nos conteúdos programáticos, de oportunidades de debate e ponderação relativamente às regras de repartição do poder de tributar e aos métodos de eliminação da DTJI, previstos nas CDT, contribui para fomentar nos mestrandos uma abordagem crítica dos regimes fiscais estudados, baseada na compreensão da razão de ser desses mesmos regimes e na necessidade do respetivo aperfeiçoamento, perante a evolução da realidade económica.

Os temas incluídos nos conteúdos programáticos dão aos mestrandos uma visão simultaneamente abrangente e aprofundada das CDT. Essa visão, aliada à interligação das matérias com os conceitos e princípios fundamentais do Direito Fiscal Internacional, proporciona aos mestrandos a base necessária ao desenvolvimento de um sólido conhecimento teórico e prático das CDT.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas, conjugando exposições teóricas efetuadas pela regente e debate crítico com os mestrandos sobre as matérias integrantes dos conteúdos programáticos.

Procura fazer-se uma interligação dos aspetos teóricos com a aplicação prática das matérias. As aulas incluem resolução de casos práticos com recurso à Convenção Modelo da OCDE e a Convenções portuguesas.

Realização de um exame escrito final.

Bibliografia principal

ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário Internacional*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2011

PAULA ROSADO PEREIRA, *Princípios do Direito Fiscal Internacional – Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu*, Almedina, Coimbra, 2010 (reimpressão em 2016)

Modelo de Convenção da OCDE 2017



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia complementar:

PAULA ROSADO PEREIRA – «A dupla tributação jurídica internacional e o papel das Convenções para Evitar a Dupla Tributação», revista *Fiscalidade*, nº 29, janeiro/março de 2007

– «A new era for Portugal's taxation of nonresidents», revista *Tax Notes International*, vol. 50, nº 2, abril de 2008

– «Repartição do poder de tributar nas Convenções sobre Dupla Tributação», in Jorge Miranda, António Menezes Cordeiro, Eduardo Paz Ferreira, José Duarte Nogueira (Coord.) - *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2010

– «O papel do estabelecimento estável no Direito Fiscal Internacional», in Clotilde Celorico Palma, Heleno Taveira Tôrres, Eduardo Paz Ferreira (Coord.) - *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, Almedina, Coimbra, 2013

– «Em torno dos princípios do Direito Fiscal Internacional», in João Ricardo Catarino, Vasco Branco Guimarães (Coord.) - *Lições de Fiscalidade – vol. 2*, Almedina, Coimbra, 2015

GUSTAVO LOPES COURINHA – *A Residência no Direito Internacional Fiscal – Do Abuso Subjetivo de Convenções*, Almedina, Coimbra, 2015

– *Estudos de Direito Internacional Fiscal*, AAFDL, Lisboa, 2015

MANUEL PIRES – *Da Dupla Tributação Jurídica Internacional Sobre o Rendimento*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984

RITA CALÇADA PIRES – «Notas de reflexão: acordos para evitar e para eliminar a dupla tributação no direito internacional fiscal do século XXI», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, nº 2, Verão, junho 2008, pp. 179-195.

MANUELA DURO TEIXEIRA – *A Determinação do Lucro Tributável dos Estabelecimentos Estáveis de Não Residentes*, Almedina, Coimbra, 2007

KLAUS VOGEL *et al.* – *Klaus Vogel on Double Taxation Conventions*, 4ª Ed., Wolters Kluwer, The Netherlands, 2015

ALBERTO XAVIER – «O problema das qualificações no Direito Tributário Internacional», in *Estudos Efetuados por Ocasião do XXX Aniversário do Centro de Estudos Fiscais*, Centro de Estudos Fiscais, Lisboa, 1993, pp. 69-101